

# Medidas reduzirão o déficit público

"As novas medidas econômicas elaboradas pelo Governo são fundamentais para garantir os objetivos de redução do déficit social, de queda da inflação e de recuperação do crescimento econômico e do nível de renda dos trabalhadores. Por isso, é vital que elas sejam aprovadas pelo Congresso Nacional, em nome dos interesses do País e de toda a sociedade". A afirmação foi feita ontem pelo presidente José Sarney, na abertura da reunião que manteve com o Conselho Político em seu gabinete, no Palácio do Planalto.

Os pontos básicos do novo pacote econômico do Governo, segundo explicou à saída do encontro o senador Carlos Chiarelli, do PFL, são os seguintes: a) Aumenta o salário real disponível dos trabalhadores com renda bruta de até 50 vezes o salário mínimo (cerca de Cr\$ 30 milhões), e beneficia principalmente os salários compreendidos entre 5 e 7 mínimos, através da redução substancial do recolhimento do Imposto de Renda na Fonte;

b) Determina cortes substanciais, segundo considera o Governo, no custo do setor público, quer das empresas estatais, quer da administração direta, incluindo-se aí desde os gastos com pessoal até os de uso de automóvel; c) Cria mecanismos de execu-

ção e de controle de todo um processo de privatização da economia, incluindo-se aí a venda de ações de empresas estatais rentáveis e a retirada de obstáculos à ação das empresas privadas no mercado, e a venda sumária de algumas empresas hoje em poder do Governo.

d) Cria novos mecanismos de ação do Governo na área social, de modo a permitir um avanço maior nas áreas de habitação, saúde e educação, o que beneficiaria principalmente cerca de 20 milhões de menores em todo o País; e) Prevê o aumento da carga tributária para alguns setores considerados privilegiados pelo Governo, incluindo-se aí as pessoas físicas com rendimentos acima de 50 salários mínimos e algumas áreas do mercado financeiro, que ficarão sujeitas à incidência de novas alíquotas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Segundo o senador Carlos Chiarelli e o líder do Governo na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, o presidente Sarney e os ministros Dilson Funaro, da Fazenda; e João Sayad, do Planejamento, conseguiram convencer toda a liderança da Aliança Democrática de que o pacote proposto "é justo e se propõe a resolver, de fato, os principais problemas econômicos e sociais vividos pelo

País". Por isso, no entender daqueles parlamentares, o pacote, que será anunciado hoje pelo Presidente da República, após ser explicado pelos ministros no Congresso Nacional, em reuniões com as lideranças dos partidos políticos, será facilmente aprovado pelos parlamentares.

Segundo o senador Carlos Chiarelli, mais de 90 por cento dos assalariados do País serão beneficiados pelo "pacote econômico" a ser anunciado pelo Governo. O aumento da taxação ali previsto — afirmou — incidirá, no que se refere às pessoas físicas, apenas sobre 0,2 a 0,4 por cento dos trabalhadores, que constituem uma elite privilegiada que, segundo ele, não pode ser defendida pelo Congresso Nacional em detrimento dos interesses de toda a sociedade. Além de reduzir a retenção do Imposto de Renda na Fonte para os assalariados de um modo geral, o pacote cria uma norma disciplinar para o próprio Governo, que terá prazo de 120 dias para proceder às restituições das retenções do Imposto de Renda, que por motivos específicos vierem a ser realizadas no próximo ano.

A parte mais importante do pacote econômico — que prevê alterações na área fiscal, será efetivada via projeto de lei remetido ao Congresso Nacional. As demais medidas, como as da

área social e do corte de gastos do Governo, serão feitas via Conselho Monetário Nacional (CMN) e decreto-lei do Presidente, mas mesmo assim, submetidas à apreciação do Congresso, segundo Chiarelli.

Os líderes políticos que participaram da reunião de ontem no Planalto negaram-se a adiantar detalhes do pacote econômico, dizendo ter sido este o acordo feito entre os seus participantes.

O presidente Sarney participou apenas do início da reunião, dirigindo-a durante os primeiros 45 minutos, tendo de ausentar em seguida. Logo depois da saída do Presidente, chegou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, que assumiu então o comando do encontro. Além das lideranças políticas que compõem o Conselho Político, participaram da reunião os ministros Funaro, João Sayad, o assessor do Presidente para Assuntos Econômicos, Luis Paulo Rosenberg, e os assessores do ministro da Fazenda, Luiz Gonzaga Beluzzo e João Manuel Cardoso de Mello. Em meio à reunião, o ministro Funaro mandou convocar o secretário da Receita Federal, Luiz Romero Patury Accioli, que chegou ao Planalto por volta das 11 h. A reunião com o Conselho Político teve início às 9 horas, sendo encerrada às 13h10min.